

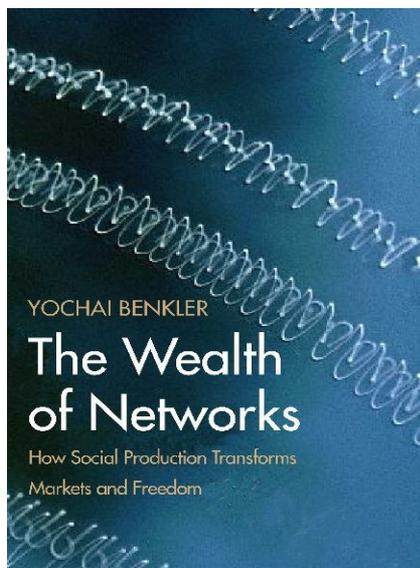


Resenha

BENKLER, Y. **The Wealth of Networks.** How Social Production Transforms Markets and Freedom. Connecticut, EUA: Yale University Press, 2006. 532p.

A riqueza das redes

Sonia Aguiar¹



Depois de uma década de domínio discursivo sobre a sociedade em rede, a obra fundadora da trilogia de Manuel Castells ganha uma interlocução desafiadora: *A riqueza das redes - como a produção social transforma os mercados e a liberdade* (tradução literal de *The wealth of networks. How social production transforms markets and freedom*), de Yochai Benkler, professor de Direito da Yale Law School (Connecticut, EUA). Lançado em abril de 2006, o livro de 532 páginas ainda sem edição em português é uma contribuição inovadora para a compreensão das

novas relações de informação, comunicação, conhecimento e cultura em rede.

¹ Doutora em Ciência da Informação, professora do Departamento de Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF), pesquisadora-associada do Núcleo de Pesquisas, Estudos e Formação da Rede de Informações para o Terceiro Setor (www.nupeq.org.br). E-mail: soniaguiar@terra.com.br

O título do livro é uma clara alusão ao clássico inaugural da Economia Política, *A riqueza das nações*, escrito em 1776 pelo escocês Adam Smith. E, de certa forma, retoma as mesmas questões: o valor da propriedade e do trabalho na configuração do capital; as relações sociais de produção; o valor de uso e o valor de troca das mercadorias; a construção de uma riqueza coletiva independente das riquezas individuais; e o confronto entre regulamentação e liberdade nas relações de produção e consumo. Só que agora essas questões não estão mais centradas no sólido referencial da terra e dos bens materiais, como na era pré-industrial de Smith, e sim referenciadas pela produção de bens intangíveis no campo virtual das redes mediadas por tecnologias digitais, nestes tempos “pós-modernos”.

A esses fatores soma-se o que Benkler identifica como padrão de produção de informação, conhecimento e cultura fora do sistema de mercado (*nonmarket production*) e baseado em um modelo de propriedade compartilhada entre pares de uma comunidade (*commons-based peer production*), que só se tornou possível graças às profundas mudanças de caráter estrutural propiciadas pelo ambiente informacional em rede.

Essas mudanças têm criado novas oportunidades de intercâmbio de informação, conhecimento e cultura, e aumentado o papel da produção não-mercado e não-proprietária, em larga escala, tanto por iniciativas individuais quanto por esforços cooperativos – como o software livre e a Wikipédia. Tudo isto provoca uma “batalha sobre a ecologia institucional do ambiente digital”, na qual os aparatos reguladores das telecomunicações, do direito autoral (copyright), das patentes e do comércio internacional surgem como os grandes “vilões”.

Apesar de as indústrias cinematográfica, fonográfica e farmacêutica darem grande visibilidade ao debate sobre “propriedade intelectual”, mais de duas décadas de pesquisas empíricas levantadas por Benkler mostram que o peso dessa exclusividade no sistema de produção cultural, de informação e conhecimento é surpreendentemente pequeno, e que a pesquisa sem fins lucrativos pode ser mais eficaz do que a comercial, por funcionar como insumo para produção de novas informações e de inovações.

Antes de prosseguir, vale esclarecer que a radical defesa anti-mercado e anti-propriedade intelectual exclusivista que atravessa todo o livro não tem origem marxista, e sim traduz o pensamento liberal clássico do autor, que busca a conciliação entre liberdade individual e interesses coletivos. Sua postulação básica é a de que a atual

diversidade de modos de organizar a produção e o uso da informação tem correspondência no que ele considera como valores políticos fundamentais das sociedades liberais: liberdade individual, sistema político genuinamente participativo, cultura crítica e justiça social.

Esta posição fica clara quando o autor explicita as suas escolhas metodológicas, orientadas por quatro vertentes: a) analisar o papel contemporâneo das tecnologias de redes de um ponto de vista crítico do determinismo tecnológico (considerando que diferentes padrões de adoção e uso de uma tecnologia podem resultar em relações sociais diferentes); b) observar as relações sociais em rede a partir do arcabouço teórico da Economia e não da Sociologia (diferenciando-se de Castells também por apresentar um modelo alternativo à economia industrial da informação); c) adotar uma teoria política liberal, mas crítica em relação aos limites do mercado para promover a liberdade individual e a justiça distributiva; d) enfatizar claramente a ação individual em relações fora do sistema de mercado, pressupondo a possibilidade de escolha entre comportamentos mercadológicos e não-mercadológicos (aos quais o Estado liberal terá que se adaptar).

Benkler não se resume a construir um modelo teórico de análise. Ele conduz o raciocínio do leitor através de inúmeras situações-problema, de muitos exemplos concretos e de argumentos calcados em consistente e atualizada pesquisa empírica que cuidadosamente acumulou. Para isso, formula e vai respondendo questões instigantes como: Por que 50 mil voluntários produzem com sucesso a mais séria alternativa online da Enciclopédia Britânica – a Wikipédia – e a colocam à disposição de qualquer um, gratuitamente? Por que 4,5 milhões de voluntários aceitam rodar em suas máquinas programas que capturam e analisam dados radiotelescópicos para ajudar o SETI@Home, um experimento científico sediado na Universidade da Califórnia, em Berkeley, que usa computadores conectados à Internet na busca de inteligência extraterrestre? E por que a IBM investiu mais de um bilhão de dólares em desenvolvedores de software livre, contratou programadores para ajudar no desenvolvimento do núcleo (kernel) do sistema operacional Linux e de outros programas de código aberto, e doou as patentes para a Free Software Foundation?

Economia da informação em rede

A primeira parte do livro centra-se na passagem da tradicional economia industrial da informação para a “economia da informação em rede”, que se caracteriza por ações descentralizadas, cooperativas e

coordenadas através de mecanismos que não dependem das “estratégias proprietárias”. O elemento catalisador dessa mudança foi a criação tecnológica da computação e seu efeito em onda pelas tecnologias de comunicação e armazenamento de informação.

O progressivo barateamento e a conseqüente disseminação dessas tecnologias colocaram os meios materiais de informação e de produção cultural ao alcance de uma significativa parcela da população mundial, da ordem de bilhões de pessoas, no intervalo de apenas duas décadas. Benkler insiste neste aspecto em vários momentos do livro, como um fator de libertação e autonomia de indivíduos e coletividades frente aos tradicionais meios de comunicação e organizações do mercado de informação.

Até o advento das interconexões de redes, produzir e veicular informação não dependia simplesmente de um ato de vontade. Havia exigências concretas de recursos dependentes de capital, como sistemas de impressão e meios de distribuição e circulação. Não foi à toa que um dos recursos usados pela ditadura militar brasileira para aniquilar a imprensa alternativa dos anos 1970 foi a asfixia econômica, por meio de pressão sobre anunciantes, recolhimento de tiragens inteiras momentos antes da distribuição, “empastelamento” de gráficas e redações, e até atentados a bomba contra bancas de jornais. Hoje, sites, blogs, comunidades virtuais e “correntes” por e-mail alcançam um público inimaginável naqueles tempos a custos irrisórios. Ou seja, as pessoas interagem como seres humanos e entes sociais, e não apenas como agentes do mercado.

O resultado é um florescente setor não-mercadológico de informação, conhecimento e cultura baseado no ambiente em rede, cuja marca registrada são produtos e serviços não exclusivamente proprietários, e sim submetidos a uma ética cada vez mais sólida de compartilhamento aberto a novas contribuições, extensões e apropriações, que Benkler analisa em detalhes na segunda parte do livro – A economia política da propriedade e do compartilhamento.

Uma questão-chave nessa abordagem é o problema da autonomia, tratado mais do ponto de vista político do que do filosófico. Benkler considera que a economia da informação em rede aumenta a possibilidade de os indivíduos fazerem mais coisas por conta própria; possibilita que façam mais coisas de forma compartilhada, sem que tenham que submeter suas relações a um sistema de preços ou aos tradicionais modelos hierárquicos de organização social e econômica; e amplia a capacidade das pessoas de fazerem coisas em organizações formais que funcionam fora da esfera do mercado.

A economia da informação em rede fornece uma variedade de plataformas alternativas de comunicação que contrabalançam o poder do modelo tradicional da mídia de massa, no qual a propriedade dos meios de comunicação confere a alguém a prerrogativa de selecionar o que os outros vão ler ou ver, e assim de afetar suas percepções da vida. A autonomia de acesso, uso e produção de informação amplia qualitativamente a diversidade de perspectivas sobre o jeito que o mundo é e de como poderia ser. Isto possibilita aos indivíduos perceber uma gama muito maior de possibilidades, propiciando-lhes uma base mais rica para as escolhas que podem fazer. Eles ficariam, assim, menos suscetíveis à manipulação dos detentores da infra-estrutura de informação e dos meios de comunicação.

Nova esfera pública

Neste contexto, Benkler analisa a configuração de uma esfera pública em rede, resultante da crescente liberdade de participação na criação de informação e conhecimento que as pessoas vêm experimentando. Uma esfera pública que emerge paralelamente ao mercado da mídia comercial. A partir de amplo estudo, o autor discute o domínio dos meios de comunicação comerciais sobre a esfera pública de todas as democracias modernas e mostra como eles falharam no papel de plataformas para o discurso público. Primeiro, porque o enquadramento reducionista dos jornalistas de mercado deixa de fora questões e pontos de vista de muitas pessoas nas complexas sociedades contemporâneas. Segundo, particularmente onde há concentração de mercado, porque os proprietários da mídia obtêm um poder excessivo na formação da opinião e na modelagem da informação. E terceiro, mesmo quando os proprietários da mídia comercial optam por não exercer o poder dessa forma, eles tendem a tratar mais das futilidades e amenidades cotidianas do que de temas politicamente comprometidos, simplificando a complexidade do debate público.

Em contraposição a essa limitação dos meios de massa, Benkler sugere que a esfera pública em rede permite que um número muito maior de pessoas comunique suas observações e pontos de vista a muitas outras, e de uma forma que não pode ser controlada pelos proprietários da mídia, além de não ser facilmente corruptível pelo dinheiro. No entanto, esta sempre decantada neutralidade da rede vem sendo ameaçada desde o ano passado por sucessivas medidas regulatórias adotadas por instâncias burocráticas e legislativas do Estados Unidos, como a Comissão Federal de Comunicações (FCC - Federal Communications Commission) e a Comissão de Comércio do

Senado, suscetíveis ao poderoso lobby das gigantescas operadoras de telecomunicações, como AT&T, Verizon e Comcast.

A idéia de que a Internet democratiza as relações só começou a ser delineada nos anos 1990, sob inúmeras críticas e ataques. A primeira leva delas alegava o problema da superinformação e do efeito Babel, em que todo mundo fala e ninguém escuta. A segunda acusava a Internet de não ser tão descentralizada como se supunha. Os atuais padrões de uso da rede mostram que, de fato, milhões de sites permanecem na obscuridade, o que poderia justificar o efeito Babel, mas também pode ser visto como consequência da vocação democratizante do meio, em comparação aos meios tradicionais.

Com base em vasta literatura sobre a “topologia da rede”, Benkler contesta aqueles que vêm na visibilidade de poucos (geralmente grandes portais de provedores de acesso) a “reemergência dos meios de comunicação” nesse novo ambiente. Ele argumenta que a maior atenção dada a certos temas ou sites em um ambiente interconectado depende do que despertam em grupos de pessoas com afinidades mútuas, que multiplicam comentários por meio de links redundantes em agrupamentos de sites (clusters), enquanto nos meios de massa as preferências são direcionadas pelo que se supõe ser do interesse de um grande número de pessoas (massa) simultaneamente.

Para Benkler, as novas plataformas de produção de conteúdos em e para a rede superam algumas das limitações da concentrada mídia comercial como principal arena da esfera pública contemporânea. Elas permitem aos indivíduos falar, questionar e investigar de forma autônoma, e isso faz com que eles saiam de uma posição passiva para a de observadores participantes dos espaços sociais e, potencialmente, sujeitos do debate público. O autor acredita que as pessoas estão usando sua liberdade expandida no ambiente de redes para agir e cooperar com outras pessoas de modos que melhoram as práticas de democracia, justiça, desenvolvimento humano, cultura crítica e relações comunitárias.

Cooperação para o desenvolvimento

Embora a economia da informação em rede não tenha capacidade de resolver os problemas da fome e das doenças, sua emergência abre caminhos para alguns requisitos básicos da justiça e do desenvolvimento humano. Benkler considera que a disponibilidade crescente de uma gama de utilitários de software livre favorece países pobres e em desenvolvimento, tanto para usos em âmbito nacional quanto internacional, sem que dependam de licença de companhias

multinacionais. Como exemplo, ele cita publicações científicas que estão começando a usar estratégias de compartilhamento para publicar fontes importantes de informação, de um modo que torna seus resultados gratuitamente disponíveis para países pobres. Pesquisas na área agrícola já combinam esforços públicos, não-lucrativos e de código aberto em aplicações empíricas e desenvolvimento de inovações, a partir de trabalhos colaborativos entre agricultores e cientistas.

Para o autor, boa parte da manutenção das condições de pobreza em muitos países, em contraste com a riqueza de poucos, deve-se a um modelo de economia industrial fortemente baseado em negócios proprietários que envolvem o provimento dos mais básicos componentes de informação para o desenvolvimento humano. À medida que a economia da informação em rede se desenvolve, surgem novas maneiras de produzir informação cujos resultados não são tratados como propriedades exclusivas e sim como livremente disponíveis. Neste cenário, Benkler vê sinais de um ecossistema de inovação constituído de financiamento público, organizações sem fins lucrativos tradicionais e um emergente setor de produção compartilhada que torna possível promover avanços no desenvolvimento humano, tanto em países ricos quanto nos pobres.

Um dos mecanismos inovadores dessa “ecologia digital” é o Creative Commons, um projeto sem fins lucrativos que disponibiliza licenças flexíveis para obras intelectuais e culturais (textos, imagens, áudio, vídeo, materiais didáticos). A inovação está no fato de essas licenças garantirem, ao mesmo tempo, proteção a artistas e autores e liberdade de uso, mediante determinadas condições. Ou seja, o sistema de “todos os direitos reservados” do direito autoral tradicional é substituído por outro que prevê “alguns direitos reservados” para certos fins. No Brasil, o Creative Commons é gerenciado pela Fundação Getúlio Vargas e pode ser acessado no endereço www.creativecommons.org.br.

Este sistema diferencia-se da proposta do *copyleft* (um trocadilho com *copyright*), apelido do GPL - General Public License, uma forma de licenciamento de software “aos pedaços” (por trechos de código, nunca pela codificação completa) inventada em 1984 por Richard Stallman, na época programador do MIT - Massachusetts Institute of Technology. Este método de proteção condicionada à construção coletiva do programa deu origem ao movimento do software livre.

Se as principais transformações otimistas que Yochai Benkler descreve realmente ocorrerem – e se as já em andamento não forem torpedeadas pelo sistema econômico global ainda dominante –, haverá uma substancial redistribuição de poder e dinheiro dos produtores de informação, cultura e comunicação oriundos do século 20 – como Hollywood, as multinacionais da música e algumas das gigantes das telecomunicações – para uma combinação de produtores não-proprietários dispersos ao redor do mundo com atores do mercado. No modelo da economia industrial da informação, dificilmente seria possível construir uma nova Biblioteca de Alexandria como um patrimônio coletivo de alcance global, como a Wikipédia.

A riqueza das redes é totalmente coerente com o seu conteúdo: está disponível para download na Internet (integral ou por capítulo), sob licença do Creative Commons, no endereço http://www.benkler.org/wealth_of_networks/index.php?title=Download_PDFs_of_the_book

Parte dessas idéias de Yochai Benkler foram apresentadas por ele em São Paulo, em novembro de 2004, em visita de cinco dias a convite do Instituto de Matemática e Estatística da USP (ver em <http://www.ime.usp.br/~is/Benkler/>). O autor mantém um espaço colaborativo (página wiki) para comentários e discussões sobre o livro no endereço: http://www.benkler.org/wealth_of_networks/index.php?title=Main_Page#Read_the_book Neste espaço há uma tradução para o português iniciada por Felipe Sanches em julho de 2006, também para ser construída coletivamente.